



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - LICENCIATURA

**EDUCAÇÃO E ORDEM:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DO OESTE
PARANAENSE**

MARIA CAROLINA VIEIRA DA SILVA.

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA - LICENCIATURA

**EDUCAÇÃO E ORDEM:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DO OESTE
PARANAENSE**

MARIA CAROLINA VIEIRA DA SILVA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Araujo Fonseca

Foz do Iguaçu
2023

MARIA CAROLINA VIEIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO E ORDEM:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA CÍVICO-MILITAR DO OESTE
PARANAENSE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Ana Paula Araujo Fonseca
UNILA

Prof. Dra. Juliana Franzi
UNILA

Prof. Dr. Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira
UNILA

Foz do Iguaçu, 01 de novembro de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Maria Carolina Vieira da Silva

Curso: Licenciatura em História

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: Educação e Ordem: Um estudo de caso em uma escola cívico-militar do oeste paranaense

Nome do orientador(a): Ana Paula Araujo Fonseca

Data da Defesa: 01/11/2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão, começando pela minha dedicada orientadora, Ana Paula Araujo Fonseca. Sua orientação foi essencial para dar vida a este trabalho. Não teria sido capaz de percorrer essa jornada sem seu direcionamento. Obrigada por sua paciência, atenção e pelo vasto conhecimento compartilhado. Um agradecimento especial se estende a todos os professores que enriqueceram minha trajetória acadêmica e moldaram meu desenvolvimento como ser humano. Seus ensinamentos foram fundamentais para meu crescimento.

Minha família, e em particular minha mãe Rosélia, minha irmã Luiza e minha tia Laudicéia, merecem uma gratidão infinita. Seu apoio incansável, confiança e respeito foram a base deste percurso. Sou quem sou graças a vocês. Dedico este trabalho à memória de minha avó Doracy, meu primeiro exemplo de professora, cuja inspiração me motiva a ser uma profissional cada vez melhor. Obrigada por tudo; você permanecerá comigo para sempre.

Aos colegas de curso, com destaque ao meu grande amigo Marcelo Aparecido Pina Junior, você foi o presente mais valioso que a universidade me proporcionou. Agradeço por estar presente em minha vida diariamente, nos melhores e piores momentos. Seu amor, carinho e respeito são inestimáveis. Te amo.

Minha amiga Thainá Camilo, você foi uma fonte constante de ensinamentos vitais. Compartilhar nossa casa e nossas vidas foi um privilégio, e sua companhia foi um refúgio durante nossa temporada na república. À minha amiga Eliana Valdez, agradeço por todos os momentos compartilhados e pelas experiências que vivemos juntas. Você é uma grande inspiração para mim.

A todos que cruzaram meu caminho e deixaram sua marca, meu mais sincero agradecimento. Sou quem sou hoje graças a cada um de vocês, a tudo que aprendi, vivi e descobri ao lado de vocês. Toda experiência contribuiu para minha evolução como pessoa e profissional. Obrigada.

RESUMO

Este artigo explora o fenômeno das escolas cívico-militares no Brasil, com foco em um estudo de caso realizado em um colégio desse modelo na região oeste paranaense. A pesquisa é motivada pela crescente adesão a esse tipo de ensino e pela necessidade de compreender suas implicações, buscando entender por que esse modelo restritivo tem atraído educadores e a comunidade escolar. Foram realizadas entrevistas com professores que atuam no sexto ano do ensino fundamental e com a direção escolar, além da análise do Projeto Político Pedagógico da escola. Tal análise revelou características específicas de uma instituição militarizada, como a ênfase na disciplina e hierarquia. Os resultados apontam para a complexidade das percepções dos professores e para a necessidade de considerar os impactos deste modelo tão restritivo e disciplinador na vida de um adolescente em formação. Este estudo contribui para o entendimento dos colégios cívico-militares no Paraná, destacando questões relacionadas à adesão, implementação e perspectivas dos educadores.

Palavras-chave: Escola cívico-militar; Educação; Paraná; Contexto histórico e PPP

RESUMEN

Este artículo explora el fenómeno de las escuelas cívico-militares en Brasil, centrándose en un estudio de caso realizado en un colegio de este modelo en la región oeste de Paraná. La investigación se motiva por la creciente adhesión a este tipo de enseñanza y la necesidad de comprender sus implicaciones, buscando entender por qué este modelo restrictivo atrae a educadores y a la comunidad escolar. Se realizaron entrevistas con profesores de sexto año de enseñanza primaria y con la dirección escolar, además de analizar el Proyecto Político Pedagógico de la escuela. Dicho análisis reveló características específicas de una institución militarizada, como el énfasis en la disciplina y la jerarquía. Los resultados señalan la complejidad de las percepciones de los profesores y la necesidad de considerar los impactos de este modelo tan restrictivo y disciplinador en la vida de un adolescente en formación. Este estudio contribuye a la comprensión de los colegios cívico-militares en Paraná, destacando cuestiones relacionadas con la adhesión, implementación y perspectivas de los educadores.

Palabras clave: Escuela cívico-militar; Educación; Paraná; Contexto histórico e PPP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCM – Colégio Cívico-Militar

APP-SINDICATO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

CCM/PR – Colégio Cívico-Militar do Paraná

CMEIV – Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

NRE – Núcleo Regional de Educação

PCCM-PR – Programa Colégios Cívicos-Militares do Paraná

PECIM – Programa Nacional das Escolas Cívicos-Militares

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

QPM – Quadro Próprio do Magistério

SEED – Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná

SECIM – Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares

SUMÁRIO

1 Introdução	10
2 Metodologia de Pesquisa	11
2.1 Sobre a entrevista	12
2.2 Processo de criação das escolas militarizadas no Brasil	13
2.3 Militarização das escolas no Paraná	16
3 Um estudo de caso na região oeste do Paraná	18
3.1 Caracterização da escola e dos professores	18
4. Análise das entrevistas e do projeto político pedagógico	21
4.1 Cultura da paz	21
4.2 Transformações no regime civil para o cívico-militar	22
4.3 Processo de seleção dos monitores e diretores cívico-militar	24
4.4 Função da escola	25
4.5. Função dos militares na escola	26
4.6 Visão disciplinadora	27
4.7 Uma suposta excelência	28
4.8 Política de comportamento aplicada a docentes	30
5 Considerações finais	31
REFERÊNCIAS	32

1 Introdução

A educação é um pilar fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos em uma sociedade democrática. Nos últimos anos, o cenário educacional tem testemunhado o crescimento e popularização de um modelo escolar: as escolas cívico-militares. Essa abordagem combina elementos da educação cívica e valores militares, visando não apenas transmitir conhecimento, mas também inculcar valores de disciplina, ordem e patriotismo nos estudantes. Este trabalho tem como objetivo analisar as escolas cívico-militares, trazendo o contexto de seu surgimento e expansão no Brasil e no Paraná, com um enfoque específico em um estudo de caso realizado em uma escola militarizada na região oeste do Paraná. Dentro deste estudo abordaremos a análise do Projeto Político Pedagógico da instituição, e examinaremos entrevistas realizadas com os professores que atuam nos sextos anos da referida escola.

A importância desse estudo reside no contexto de debates acalorados que cercam o modelo cívico-militar. Enquanto alguns argumentam que ele pode trazer melhorias na disciplina e no ambiente escolar, outros levantam preocupações sobre possíveis implicações na liberdade acadêmica, no desenvolvimento crítico dos alunos e na própria essência da educação democrática. Ao examinarmos o fenômeno das escolas cívico-militares, podemos proporcionar uma base sólida para a reflexão informada sobre o impacto desse modelo educacional em nossa sociedade.

Minha motivação para realizar esta pesquisa foi impulsionada pela minha experiência como professora iniciante em uma escola cívico-militar. Inicialmente, essa vivência me trouxe uma percepção positiva, o que suscitou questionamentos sobre por que eu, como educadora, estava reagindo de forma favorável a um modelo tão restritivo para os estudantes. A partir dessas indagações, surgiu a ideia de conduzir esta pesquisa, com o objetivo de lançar luz sobre um modelo educacional que tem se disseminado rapidamente e conquistado aceitação. Meu propósito central é compreender por que um sistema de ensino mais rígido e menos democrático exerce um poder de atração sobre educadores e a comunidade escolar em geral.

Foi a partir desse contexto que decidi realizar uma pesquisa de campo em uma escola com o mesmo modelo em que lecionei. Meu objetivo era investigar se as experiências de outros professores eram semelhantes às minhas e, além disso, entender os fatores que tornavam esse modelo escolar tão atrativo para os educadores.

Inicialmente, o projeto de pesquisa tinha a intenção de entrevistar pais e responsáveis pelos estudantes do sexto ano. Isso visava compreender por que eles escolhiam uma escola cívico-militar para seus filhos, especialmente considerando a transição do ensino municipal

para o estadual no sexto ano. No entanto, ao longo da pesquisa, enfrentamos diversos obstáculos e optamos por realizar entrevistas apenas com os professores, que através de um termo de consentimento livre e esclarecido permitiram a realização das entrevistas.

O estudo de caso realizado em uma escola cívico-militar no oeste paranaense servirá como um microcosmo que nos permitirá compreender as dinâmicas práticas desse modelo. Em suma, este trabalho busca preencher uma lacuna significativa no entendimento das escolas cívico-militares, oferecendo uma análise desse modelo educacional e possíveis impactos na formação dos alunos. Ao explorar um estudo de caso no oeste paranaense, esperamos contribuir para um debate esclarecido e construtivo sobre o papel da educação na construção de uma sociedade justa, democrática e preparada para os desafios do século XXI.

2 Metodologia de Pesquisa

Os objetivos desta pesquisa podem ser divididos em duas categorias: objetivos gerais e objetivos específicos, todos destinados a fornecer uma compreensão profunda das escolas cívico-militares no Brasil, com um foco específico no Paraná e na região oeste do estado.

Objetivo Geral:

1. Realizar um estudo de caso aprofundado em um colégio cívico-militar localizado na região oeste do Paraná.

Objetivos Específicos:

1. Contextualizar o surgimento das escolas cívico-militares no Brasil, considerando os aspectos históricos e políticos que influenciaram sua implementação.

2. Realizar uma análise abrangente das escolas cívico-militares no estado do Paraná, identificando quantas delas estão militarizadas e quando esse processo começou a se desenvolver.

3. Explorar o cenário específico da escola cívico-militar analisada na região oeste do Paraná, com o intuito de compreender melhor as características e dinâmica local.

4. Conduzir entrevistas com professores que atualmente lecionam nos sextos anos do colégio, a fim de analisar suas expectativas e visões em relação ao modelo cívico-militar.

5. Realizar uma análise do Projeto Político Pedagógico da instituição para identificar traços e características distintivos de uma escola sob o modelo cívico-militar.

Para alcançar esses objetivos, nossa metodologia envolve a revisão bibliográfica com base em palavras-chave relevantes como “cívico-militar”, “Paraná”, “escolas cívico-militares”, a pesquisa documental utilizando o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola como fonte de informações essenciais e entrevistas com professores do sexto ano e o diretor da escola.

Utilizaremos uma perspectiva histórica para analisar os dados coletados, identificando os principais pontos a serem debatidos.

É importante observar que, inicialmente, planejamos entrevistar pais e responsáveis de alunos do sexto ano para entender suas motivações na escolha de escolas cívico-militares para seus filhos, principalmente considerando a transição do ensino municipal para o estadual no sexto ano. No entanto, durante a elaboração da pesquisa, surgiram desafios relacionados à obtenção de autorização do Núcleo Regional de Educação (NRE) para conduzir essas entrevistas na escola. A complexidade e o tempo necessário para obter essa autorização inviabilizaram essa abordagem. Portanto, decidimos focar apenas nas entrevistas com os professores, que concordaram com a pesquisa por meio de termos de consentimento livre e esclarecido.

As perguntas iniciais deste questionário foram baseadas no questionário amostra do IBGE de 2022, abordando tópicos como raça, classe social, idade, nível de escolaridade e religião dos participantes. O propósito dessas perguntas é estabelecer um contexto demográfico e social dos respondentes.

Em seguida, foram elaboradas questões específicas destinadas à equipe pedagógica entrevistada. O questionário consiste em cinco perguntas que têm como objetivo principal captar as perspectivas desses profissionais em relação às escolas militares e cívico-militares, bem como identificar possíveis diferenças entre ambas. Além disso, busca-se entender como eles percebem o papel dos militares no ambiente escolar, se possuem preferência por trabalhar em instituições de ensino militarizadas ou não, qual é a sua avaliação em relação à escola objeto de estudo e como eles definem a função da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

2.1 Sobre a entrevista:

A comunicação com a direção escolar foi estabelecida inicialmente via e-mail, embora a maior parte da interação tenha ocorrido por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, conforme escolha do próprio diretor da escola. A direção autorizou que as entrevistas fossem realizadas nas dependências da instituição. O diretor expressou preocupações específicas em relação à abordagem dos pais dos alunos e sugeriu que essa interação fosse feita após uma reunião na escola com a pedagoga. No entanto, posteriormente, o diretor solicitou a autorização do Núcleo Regional de Educação (NRE) para a condução das entrevistas com os familiares dos estudantes. Essa solicitação se mostrou inviável e não foi concluída.

Durante as entrevistas com os professores, observou-se certo desconforto por parte

deles quanto à gravação das entrevistas, ao conteúdo das perguntas e à garantia de anonimato, que foi formalizada por meio do termo de consentimento. Foram realizadas várias discussões prévias e posteriores às entrevistas para esclarecer o propósito da pesquisa, confirmar a autorização da direção escolar e abordar preocupações dos docentes em relação à exposição. As entrevistas ocorreram individualmente, embora em espaços compartilhados, com a presença de outros professores nas proximidades. Durante a gravação das entrevistas, os professores pareciam adotar uma postura mais cautelosa, provavelmente para preservar uma imagem positiva da escola e dos colegas de trabalho. Após o desligamento dos gravadores, os professores demonstraram maior abertura e conforto para expressar suas opiniões. Vale mencionar que apenas uma docente recusou-se a participar das entrevistas.

Quanto à entrevista com o diretor, ele também manifestou relutância quanto à exposição da escola no contexto deste projeto de pesquisa. Foi solicitado que o nome da escola e do município fossem mantidos em anonimato, com o intuito de proteger os docentes e a equipe pedagógica, e para, nas palavras dele, "evitar retaliações por parte da secretaria de educação" (informação verbal).

2.2 Processo de criação das escolas militarizadas no Brasil

A atual militarização das escolas no Brasil é um fenômeno de natureza complexa, ocupando o centro de debates intensos e diversificados. Para uma compreensão aprofundada dessa tendência, que envolve a inserção de elementos militares no ambiente educacional, é imperativo recorrer a uma análise histórica embasada. Nesse contexto, este trabalho se baseará principalmente no artigo "Pedagogia de Quartel" de Joselita Romualdo da Silva e na dissertação "Restauração Conservadora na Educação: Um Estudo sobre o Projeto das Escolas Cívico-Militares no Brasil" de Thayane Ellen Machado da Silva, ambos os trabalhos emergem como contribuições valiosas para contextualizar essa transformação. Além destes trabalhos serão utilizados diversos outros artigos acadêmicos, dissertações, notícias e documentos oficiais como o Programa de Ensino Cívico-Militar (PECIM) e editais de contratação de militares, bem como leis nas quais o modelo cívico-militar no Brasil e no Paraná foram baseados para fundamentar esta pesquisa.

A implementação das escolas cívico-militares no Brasil tem instigado debates acalorados em várias esferas da sociedade, sobretudo no âmbito educacional. Historicamente, o processo de militarização escolar teve seu ponto de partida no estado de Goiás em 1998, com a subsequente implementação de atividades educativas em 1999, e sua expansão ocorreu durante o mandato do ex-governador Marconi Perillo (PSDB). Vale ressaltar que a Lei nº 8.125,

referente à gestão compartilhada nas escolas foi promulgada em 1976, ou seja, o respaldo legal que permite a criação destas instituições atualmente remonta a uma lei da década de 1970, ainda dentro do período da Ditadura Militar (SILVA, 2021). A criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM) como um dos primeiros atos do governo Bolsonaro, em 2 de janeiro de 2019, deixou claro que o modelo cívico-militar seria uma das principais bandeiras do governo na educação. Essa ênfase foi ainda mais evidente quando, no mesmo ano, foi instituído o Programa de Ensino Cívico-Militar (PECIM) por meio do Decreto 10.004/2019. O PECIM estabeleceu como objetivo a transição de 216 escolas públicas em todo o país para o modelo cívico-militar (SOUSA, 2023).

Essa iniciativa solidificou a popularização do modelo cívico-militar na educação pública brasileira e foi vista por muitos como uma alternativa para promover o controle disciplinar e disseminar valores patrióticos e militares nas escolas. No entanto, para diversos educadores e pesquisadores como Barros; Fernandes da Silva (2023), de Almeida Santos; Alves; Mello Lacé (2023) e Oliveira (2016) esse movimento tem gerado preocupações consideráveis e é percebido como uma abordagem que vai de encontro aos princípios fundamentais da educação.

O termo "Pedagogia de Quartel", cunhado por Joselita Romualdo da Silva (2022), ilustra essa influência militar nas escolas. Ele aponta para a adoção de princípios e práticas do ambiente militar no âmbito educacional, enfatizando disciplina, hierarquia e controle como elementos centrais. Esse conceito ajuda a entender como a militarização não se restringe à presença de uniformes ou rotinas rígidas, mas também molda a mentalidade e a dinâmica educacional.

O fenômeno das escolas cívico-militares foi retomado e popularizado mais recentemente através do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) de 2019. Sob o pretexto de melhorar a qualidade da educação e combater a violência nas escolas, o PECIM propõe a parceria entre as Forças Armadas e a educação pública. Esse projeto, como discutido por Thayane Ellen Machado da Silva, insere elementos da restauração conservadora na educação brasileira, promovendo valores e práticas tradicionais, com ênfase na disciplina e na ordem.

As escolas cívico-militares sob o PECIM apresentam características singulares. Além da presença de militares como monitores e diretores, há uma reconfiguração das rotinas escolares para se assemelharem às das instituições militares. A disciplina é enfatizada, muitas vezes em detrimento da abordagem pedagógica mais democrática e inclusiva. A hierarquia militar é transplantada para o ambiente educacional, impactando a dinâmica entre alunos, professores e demais funcionários (SILVA, 2021).

As escolas militares e as escolas cívico-militares são dois modelos de instituições de ensino que, embora compartilhem algumas características, apresentam diferenças significativas. Nesse contexto, é crucial destacar as distinções entre esses dois modelos. A principal disparidade entre eles está na ênfase atribuída à educação militar e na presença das Forças Armadas.

Uma escola militar é uma instituição de ensino totalmente voltada para a formação militar e o treinamento de estudantes para ingressar nas Forças Armadas. Elas seguem um currículo rigoroso que combina educação acadêmica com treinamento militar intensivo. Os alunos nas escolas militares geralmente são preparados para seguir carreiras nas Forças Armadas, como oficiais ou soldados, ou são filhos destes (SILVA, 2021).

Os alunos em escolas militares seguem rotinas rígidas e disciplinadas, que muitas vezes envolvem uniformes militares, hierarquia e valores tradicionais das Forças Armadas. A formação física e o treinamento em habilidades militares são partes essenciais do currículo.

Já uma escola cívico-militar é uma abordagem intermediária entre a educação convencional e a educação militar. Nesse modelo, as Forças Armadas colaboram com a administração e a operação da escola, mas o foco não é exclusivamente na formação militar. Em vez disso, busca-se uma abordagem educacional que incorpore valores cívicos, disciplina e respeito, sem necessariamente preparar os alunos para ingressar nas Forças Armadas.

Nas escolas cívico-militares, os militares podem desempenhar funções de apoio administrativo, monitoramento de disciplina e fornecimento de orientação em relação a valores cívicos. O currículo acadêmico ainda é central, mas os valores e práticas da cultura militar são integrados ao ambiente escolar de maneira mais flexível do que em uma escola militar tradicional.

Resumindo, a principal diferença, segundo Silva (2021), entre uma escola militar e uma escola cívico-militar está na ênfase no adestramento dos alunos e na preparação para carreiras nas Forças Armadas, que é mais acentuada nas escolas militares. As escolas cívico-militares buscam incorporar valores de disciplina e moral cívica, mas sem a mesma orientação estrita para a formação militar que é característica das escolas que estão submetidas ao ministério da defesa.

2.3 Militarização das escolas no Paraná

No estado do Paraná, as escolas cívico-militares têm se estabelecido como uma realidade cada vez mais proeminente na paisagem educacional. Para entender plenamente essa

tendência, é crucial traçar um contexto histórico, tanto em relação à presença desse modelo de escola no Estado quanto na região oeste paranaense.

Após a disseminação e aceitação do programa nacional de Escolas Cívico-Militares, o governador Ratinho Jr. tornou público, por meio do projeto de lei nº543 de setembro de 2020, um plano para implementar escolas militarizadas em todo o estado. O programa se iniciou logo após a aprovação da Lei Estadual nº 20.338/2020, em plena pandemia do Covid-19, e tinha como alvo a militarização de 215 escolas em 117 municípios, uma quantidade praticamente equivalente ao que o PECIM buscava implementar em todo o território nacional. A justificativa fundamental por trás desse programa estava relacionada aos índices escolares, como o IDEB, com o governo alegando que tais índices eram mais altos em escolas militarizadas. Além deste critério, as escolas selecionadas não poderiam ofertar aulas no período noturno e deveriam estar localizadas em municípios com mais de 10 mil habitantes e com pelo menos duas escolas estaduais em áreas urbanas (SILVA, 2022).

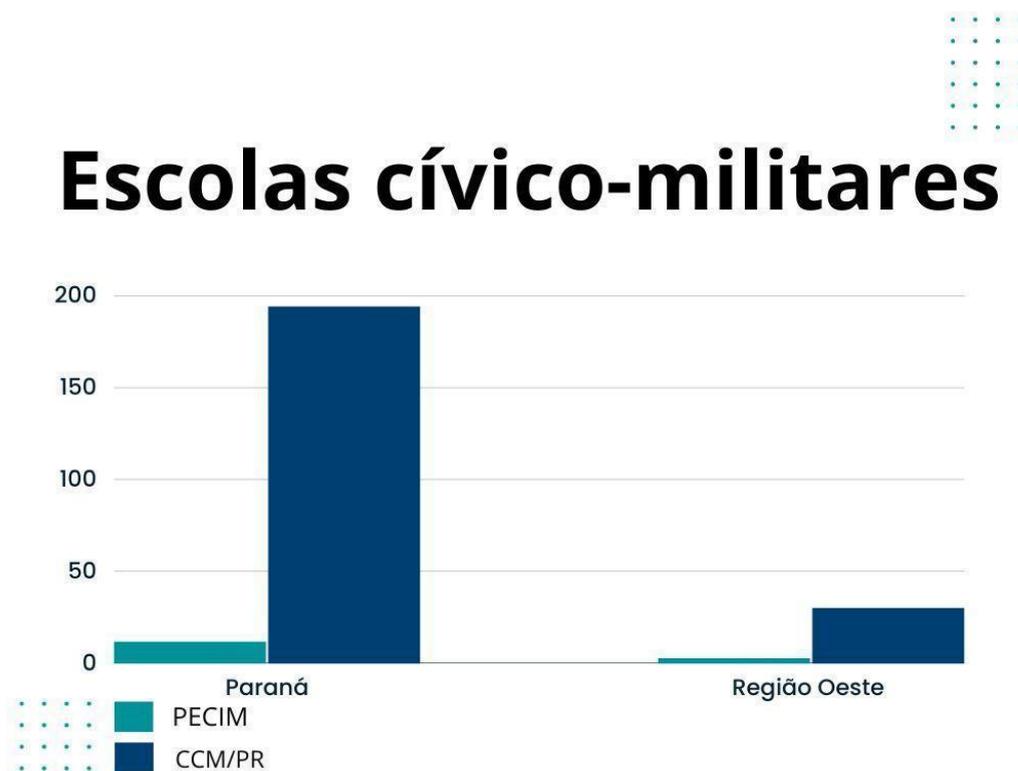
O modelo paranaense opera em colaboração com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, estabelecendo um sistema de gestão compartilhada entre um diretor civil e um diretor militar, sendo que este último era sempre um militar aposentado. A seleção das escolas seguiu um padrão semelhante ao modelo nacional, com foco em instituições localizadas em áreas com altos índices de vulnerabilidade social e baixo desempenho acadêmico. No entanto, um ponto distintivo estava relacionado ao horário das aulas. No CCM/PR, as escolas não deveriam oferecer aulas noturnas, surpreendentemente, de acordo com um levantamento realizado pela APP-Sindicato em 2020¹, aproximadamente 117 escolas que ofereciam aulas noturnas foram selecionadas para fazer a transição para o modelo militarizado. Essa decisão resulta na exclusão de acesso à educação para muitos estudantes que precisam estudar à noite devido a compromissos diurnos de trabalho. Estima-se que pelo menos 54% das escolas selecionadas não atendiam aos requisitos exigidos pela legislação, gerando sérias dúvidas sobre o programa e provocando graves acusações de irregularidades.

Um total de 216 escolas estaduais no Paraná foram consultadas para votar a favor ou contra a adesão ao Programa CCM/PR. Dentre essas escolas, 186 optaram pelo modelo cívico-militar, enquanto 25 escolheram manter o modelo escolar tradicional e em cinco escolas a votação não atingiu a maioria da comunidade escolar, permanecendo assim no modelo

¹ APP-Sindicato. “**117 colégios selecionados para militarização não atendem requisitos exigidos pela lei**”. APP-Sindicato, 28 de out. 2020
<https://appsindicato.org.br/117-colegios-selecionados-para-militarizacao-nao-atendem-requisitos-exigidos-pela-lei/>

tradicional.²

Gráfico 1- Número de escolas militarizadas no Paraná e na região oeste, através do modelo nacional (PECIM), do modelo estadual (CCM/PR).



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos da Secretária de Educação do Paraná (2023).

Atualmente, o estado do Paraná abriga um total de 194 colégios cívico-militares, dos quais 12 seguem o Modelo Federal. Na região oeste do Paraná, que engloba 50 municípios, encontram-se 3 escolas no modelo nacional e 30 colégios no modelo estadual. No entanto, é crucial observar que, em 12 de julho de 2023, o governo federal, sob a gestão do Presidente Lula, anunciou o encerramento progressivo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares de Bolsonaro. Porém, no estado do Paraná, o governador bolsonarista Ratinho Jr. já declarou que absorverá as 12 escolas do modelo federal no programa estadual e não encerrará o programa Colégios Cívico-Militares no Paraná. Esse anúncio provocou opiniões controversas em relação ao programa, seu custo e manutenção e também destacando a polarização de perspectivas em torno dessa política educacional.³

² Érica Aragão, “APP-Sindicato não reconhece processo de militarização de escolas no Paraná”. CUT Brasil, 06 de nov. 2020

<https://www.cut.org.br/noticias/app-sindicato-nao-reconhece-processo-de-militarizacao-de-escolas-no-parana-ba90>

³ Assessoria Parlamentar. “Paraná vai assumir as 12 escolas cívico-militares tocadas hoje pelas forças armadas”, anuncia deputado Hussein Bakri (PSD)”. Assembleia Legislativa do Paraná, 12 de jul. 2023

3 Um estudo de caso na região oeste do Paraná

Neste tópico, abordarei o estudo de caso realizado em um colégio cívico-militar localizado na região oeste do Paraná. Este colégio aderiu ao programa estadual de Colégios Cívico-Militares, uma iniciativa do governo estadual sob a gestão do governador Ratinho Jr. A fim de preservar o anonimato dos profissionais que atuam na escola, não divulgaremos o nome do município em questão, tampouco o nome específico do colégio. Além disso, os docentes entrevistados foram identificados por nomes fictícios, o que facilitará a compreensão das análises realizadas com base no Projeto Político Pedagógico da escola e nas entrevistas conduzidas.

3.1 Caracterização da escola e dos professores:

A escola está localizada em uma cidade de pequeno porte no oeste paranaense, sendo ela uma das 28 escolas da cidade, dentre as municipais, estaduais e privadas, atualmente o colégio oferta Ensino Fundamental, Médio e o curso Técnico, e atende em média 800 alunos⁴. Entre os professores e o diretor-geral entrevistados, seus nomes reais foram preservados, sendo atribuído para cada um deles nomes fictícios, o nome do município e o nome do colégio em questão também foram omitidos, para proteger e garantir o anonimato de todos os envolvidos.

Dos 46 professores que atuam no colégio, 14 trabalham nos sextos anos da instituição, dos quais, nove concordaram em participar da pesquisa, apenas uma docente se recusou a participar e os outros 4 professores não estavam presentes na instituição quando as entrevistas foram realizadas. Os professores são profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, suas idades giram em torno de 30-50 anos, todos os entrevistados se declaram brancos e cristãos, sendo apenas um evangélico e os demais católicos. Esses educadores atuam tanto pelo regime efetivo de quadro próprio de magistério (QPM) quanto pelo contrato por tempo determinado, Processo Seletivo Simplificado (PSS)⁵. Todos os professores já atuaram ou atuam em outros colégios da cidade e também da região.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/parana-vai-assumir-as-12-escolas-civico-o-militares-tocadas-hoje-pelas-forcas-armadas>

⁴ Dados retirados do Projeto Político Pedagógico da instituição, não será feita a referência conforme normas da ABNT para preservar o anonimato dos envolvidos na pesquisa.

⁵Quadro Próprio de Magistério (QPM) é um sistema de carreira específico da rede estadual de ensino, os servidores QPM, podendo ser chamados de efetivos ou estatutários, são aqueles aprovados em Concurso Público que possuem diploma em licenciatura plena e podem exercer a função de docente, pedagogo, coordenador ou diretor. Já professores contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), são contratados temporariamente na forma de Contrato em Regime Especial (CRES), e devem ser realizados apenas para atender as demandas temporárias da rede pública de ensino.

Quadro 1 – Principais tópicos presentes no Projeto Político Pedagógico do colégio, evidenciando as principais características e princípios que regem a instituição.

Informações básicas
<ul style="list-style-type: none"> - A participação da comunidade escolar na consulta para aprovação atingiu 57,73%, sendo aprovado por 93,95% dos envolvidos: pais ou responsáveis, professores, funcionários e estudantes maiores de 18 anos. - Gestão das atividades cívico-militares conduzida por militares do Corpo de Militares Inativos Voluntários (CMEIV) da SSP-PR - 6 aulas diárias de 50 minutos, 30 hora-aula semanal - Média de 756 alunos em 2022 (535 no ensino fundamental e 221 no médio, sendo 30 no ensino técnico) - total 25 turmas, 18 ensino fundamental, e 7 ensino médio - A crença das pessoas está descrita apenas como as manifestadas através de uma instituição, são elas: Católica, Evangélica, Assembléia de Deus, Pentecostal “Deus é Amor”, Adventista do 7º dia, Metodista, Protestante, Centros Espíritas e Congregação Cristã do Brasil. - A base da economia é a agricultura e a pecuária. Temos também algum extrativismo mineral e industrial.
Gestão Escolar
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão compartilhada entre civis e militares, composta por um Diretor-geral e um Diretor militar - O atual diretor-geral é o primeiro do colégio no formato cívico-militar - Democracia escolar só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade
Especificidades da Escola
<ul style="list-style-type: none"> - Até 2020 o colégio ofertava ensino médio matutino e noturno, sendo o matutino mais procurado, pois a maioria dos jovens ainda não trabalhavam. Extinção do ensino médio noturno em 2021, a partir do novo formato Cívico-Militar - O noturno possuía menos vagas e a maioria dos estudantes eram trabalhadores, geralmente, fora da faixa etária. Neste período se concentrava o maior índice de evasão e repetência escolar. - Os alunos do período noturno foram realocados nos demais colégios estaduais do município que possuem aulas noturnas. - Fluxo de estudantes, muitos oriundos do Paraguai. - O alto índice de vulnerabilidade social, baixos índices de fluxo escolar e baixo rendimento escolar são algumas das características descritas no PPP para justificar a escolha da escola para o modelo de Colégios Cívico-Militares do Paraná
Monitores
<ul style="list-style-type: none"> - As funções atribuídas aos monitores no PPP é: atender responsáveis quando solicitados, assegurar o cumprimento das Normas de Condutas e Atitudes, lançar ocorrências dos estudantes no sistema, acompanhar a conduta do estudante e atuar preventivamente na correção de comportamento inadequado, apuração de falta, desenvolver nos estudantes o civismo e patriotismo, estimulando o culto a símbolos nacionais, conduzir a auxiliar na preparação das formaturas diárias, ensinar movimentos de ordem, sinais de respeito e a forma correta de usar uniformes, ensinar o hino nacional e o hino à bandeira aos estudantes, orientar e acompanhar os chefes de turma, elogiar as atitudes positivas dos estudantes sem desmerecer os demais.
Modelo Cívico-Militar
<ul style="list-style-type: none"> - Compete à Direção - Geral a condução geral da instituição em relação a organização e acompanhamento das ações burocráticas e pedagógicas. - As tarefas do Corpo dos Militares são descritas como complementares às dos docentes e não concorrentes. São fortes aliados às ações pedagógicas e devem atuar fortemente nas dimensões afetiva, ética, social, moral e simbólica que integram a formação e desenvolvimento global humano. - Atribuições específicas do Diretor-geral, Diretor Militar e monitores são apresentados no Regimento da Instituição (Manuais CCM/PR).
Principais Atribuições do Diretor Cívico-Militar

- Zelar pela disciplina escolar, pela ordem e pelo cumprimento da justiça, de acordo com as Normas de Conduta e Atitudes dos CCM-PR.

-Planejar, organizar e coordenar o apoio às atividades de ensino que estiverem sob sua responsabilidade, orientar as ações dos monitores em relação ao respeito e relacionamento com o corpo discente respeitando ECA e demais legislações, participar da apuração e aplicação de medida educativa dentro de sua competência, exigir uso correto de uniformes e boa apresentação pessoal dos monitores, liderar os monitores pelo exemplo e orientar a se portarem sempre como referências positivas e manter a direção escolar informada sobre as atividades da gestão educacional, principalmente a situação disciplinar dos estudantes.

Concepção de Educação

- Nesta parte do Projeto Político Pedagógico (PPP), é notável a influência significativa de Saviani nas concepções educacionais supostamente adotadas pela escola. O autor é mencionado em várias ocasiões, assim como sua tese sobre pedagogia histórico-crítica. Isso sugere que as perspectivas da escola sobre educação, seus desafios e como superá-los estão em sintonia com as ideias do autor.

- Escola é mais um elemento que contribui para a formação geral do indivíduo. A escola precisa resgatar essa história e agregá-la na construção de um novo conhecimento, que possibilitará aos educandos compreensão da realidade física e social na qual ele convive.

- O trabalho educativo é “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente, pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1991).

- A produção intencional da humanidade implica a produção de ideias, conceitos, valores, hábitos, atitudes, conhecimento, ou seja, a produção do saber ou a forma pelo qual o homem apreende o mundo humanizado

Concepção de Sociedade

- Nesta seção, as principais referências são Marx e Engels, com suas respectivas teses e noções sobre sociedade, classe e relações de poder.

- O sistema de ensino é entendido, então, como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos ao sistema. E, por vezes, como forma de garantir a hegemonia da classe dominante, ao mesmo tempo em que a educação prepara para o trabalho reproduz também no trabalhador sua ideologia, garantindo a submissão do trabalhador ao capital, utilizando todos os meios que possui para isso e entre eles, a escola de forma particular atingindo assim, os trabalhadores e os filhos destes, difundindo sua ideologia de todos os modos para garantir maior eficácia.

- Enquanto a sociedade dividida em classes não desaparecer, a escola continuará sendo um simples aparato dentro do sistema geral de exploração, e o corpo de professores será um regimento, que, como os outros, defende os interesses do Estado.

-Os educadores então devem trabalhar a educação na perspectiva da emancipação humana, ou seja, democratizando o conhecimento científico a escola torna-se democrática, o que se constitui na primeira condição para a superação, do ponto de vista pedagógico, do sistema econômico vigente. Cabe à educação devolver ao trabalhador expropriado o conhecimento do conjunto do processo produtivo, e extinguir a divisão do trabalho em intelectual e manual, e, conseqüentemente, a alienação.

Na condução desta pesquisa de campo, foram analisados diversos materiais, com destaque para o Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio. O foco deste estudo consiste em abordar os principais pontos presentes nesse documento, levando em consideração as particularidades inerentes ao contexto do colégio cívico-militar. Posteriormente, pretende-se estabelecer uma relação entre as informações contidas no PPP e os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os docentes e o diretor da instituição.

A pesquisa visa aprofundar a compreensão do funcionamento e dos propósitos educacionais do colégio cívico-militar, bem como avaliar a sua eficácia em relação aos objetivos delineados no PPP. No tópico a seguir serão apresentadas as informações colhidas nas entrevistas, relacionando-as com os princípios e diretrizes estabelecidos no projeto político

pedagógico, buscando identificar convergências e eventuais desafios enfrentados na sua implementação prática.

Essa análise cruzada permitirá uma visão mais completa sobre o impacto do PPP na rotina escolar, no desempenho dos estudantes e na atuação dos profissionais envolvidos. Optou-se pela análise a partir de grandes categorias presentes nas falas dos entrevistados e no PPP, à luz dos referenciais teóricos sobre militarização das escolas.

4. Análise das entrevistas e do projeto político pedagógico

4.1 Cultura da paz

O processo de militarização das escolas acaba sendo uma ferramenta que contribui para a ampliação do controle social. Isso é especialmente preocupante quando consideramos que, neste mito da sociedade insegura (OLIVEIRA, 2016), o ódio e o medo são constantemente direcionados a grupos mais vulneráveis e minorias, onde a própria diferença já é percebida como uma ameaça. No Projeto Político Pedagógico do colégio, é destacado que a implementação e organização do CCM/PR são regidos pela legislação estadual, estabelecendo no Art. 3º como um dos objetivos do Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná o "enfrentamento da violência e promoção da cultura da paz no ambiente escolar".

De acordo com Oliveira (2016), nos discursos que se fundamentam no medo, mesmo que careçam de compromisso com a verdade, é crucial ter um inimigo para servir como "bode expiatório" para as mazelas sociais, nessa perspectiva, o autor sugere que os jovens são apontados como bodes expiatórios de nossa sociedade e que "da cultura do medo nasce o apoio às propostas pedagógicas de mais controle e mais repressão." (OLIVEIRA, 2016, p.48). Essa abordagem, segundo o autor, não somente é questionável como política de segurança, mas também levanta sérias preocupações sobre a promoção de uma cultura de controle e repressão nas instituições educacionais.

Oliveira (2016) aponta que o medo e a violência são argumentos-chave frequentemente utilizados em favor da militarização das escolas, direcionando o foco para a juventude como personagem importante no discurso do medo. Assim, a militarização é apresentada como uma solução para aumentar a segurança e combater a violência, defendendo, em última instância, a ideia de "transformar a escola em um quartel" como a abordagem mais eficaz em termos de segurança pública (OLIVEIRA, 2016, p. 42).

Contudo, essa justificativa é criticamente questionável, visto que a verdadeira política de segurança deveria estar fundamentada em princípios de justiça social, educação democrática

e promoção de um ambiente inclusivo e propício ao desenvolvimento completo dos alunos. Ao contrário disso, a militarização das escolas tende a reforçar uma lógica de controle e repressão, onde a segurança é percebida como um estado a ser imposto e não construído coletivamente, essa abordagem pode, portanto, ser vista como uma estratégia política que utiliza a militarização como forma de apaziguar o medo da sociedade, direcionando atenção para uma suposta solução que, na verdade, negligencia abordagens mais complexas e efetivas para enfrentar os problemas educacionais e sociais.

4.2 Transformações no regime civil para o cívico-militar

A opção do governo estadual do Paraná por adotar o modelo de escolas cívico-militares é questionável e levanta sérias críticas. A decisão de implementar esse modelo parte da consulta pública à comunidade, onde, de acordo com o PPP da instituição foi alta, com 93,95% de aprovação, mas é importante destacar que a participação real da comunidade escolar (pais, responsáveis, docentes e estudantes maiores de 18 anos) foi relativamente baixa, cerca de 57,73%. Tal resultado pode indicar que a voz de grande parte dos envolvidos não foi devidamente considerada.

Foi estabelecida pela Lei no 20.338/2020, que as instituições que migraram para este modelo ficariam sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/PR) em colaboração com a Secretaria de Educação (SEED), foi também a partir desta lei que as funções específicas do Diretor Cívico-Militar foram atribuídas, assim como vemos no PPP, suas principais atribuições seriam a gestão de patrimônio, finanças, segurança, disciplina e atividades de caráter cívico-militar. Essa divisão de responsabilidades dentro da gestão escolar é alvo de críticas devido à sua natureza centralizadora e ao desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Como Silva (2022, p.127) aponta “o processo da administração escolar é um todo integrado, construído por todos os sujeitos da comunidade escolar e que o administrativo, neste processo, decorre do pedagógico e não o contrário, como foi proposto nas escolas militarizadas no Paraná.” Dessa forma, a administração escolar é vista como um processo integrado, onde a gestão administrativa realiza-se por meio do pedagógico, mas o modelo cívico-militar parece inverter essa lógica, privilegiando a vertente militar em detrimento do caráter educacional e pedagógico.

As mudanças na lei em 2021, que propuseram a extinção gradativa do cargo de Diretor Cívico-Militar e alteravam suas funções, mostram que o modelo enfrentou questionamentos jurídicos e levantou preocupações sobre a competência dos militares para exercerem funções administrativas. Apesar dessa mudança, o PPP do colégio ainda não reflete essa alteração, e a

realidade no colégio e em outras instituições do estado demonstra que o programa enfrenta dificuldades para preencher o quadro de militares necessários, comprometendo assim a efetividade do modelo.

O déficit de militares, com apenas um monitor e um diretor cívico-militar em atuação no colégio pesquisado, e a baixa quantidade de candidatos aptos a atuarem no programa em todo o estado, conforme exposto pela Rede Paranaense de Comunicação, em que o Edital n° 001/2020 – SESP, alterado pelo Edital n° 002/2020 – SESP/SEED abriu 806 vagas destinadas ao Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), foram ao total 989 inscritos, porém, destes, apenas 369 foram aprovados, ou seja 37,3%, demonstram que a militarização das escolas enfrenta problemas de implementação e sustentação. Essa falta de adesão e interesse por parte dos militares pode indicar questões relacionadas aos supostos baixos salários, ao desinteresse e à falta de competências necessárias para desempenhar essas funções no ambiente educacional.

Em suma, a adoção do modelo cívico-militar no Paraná é alvo de críticas devido ao seu caráter centralizador, desequilibrado e problemático na implementação, a falta de engajamento da comunidade escolar, a divisão de responsabilidades e o déficit de militares são alguns dos fatores que enfraquecem esse modelo e levantam questionamentos sobre a sua efetividade na prática.

4.3 Processo de seleção dos monitores e diretores cívico-militar

Um aspecto que merece uma análise mais incisiva é o processo de seleção dos monitores e diretores cívico-militares para as escolas, embora não seja explicitamente mencionado no Projeto Político Pedagógico (PPP), é de extrema importância entender como essa seleção é conduzida, uma vez que esses profissionais desempenham um papel crucial no modelo cívico-militar.

O edital de seleção para essas funções estabeleceu uma lista de requisitos, incluindo a aptidão de saúde física e mental, parecer favorável na investigação de vida funcional e social, ausência de condenações ou denúncias por crimes militares ou comuns, além de não estar respondendo ou estar sujeito a responder ao Conselho de Disciplina ou Justificação. Também foi exigido que os candidatos possuíssem porte de arma de fogo vigente, de acordo com as regulamentações do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná, e não estivessem exercendo cargo, função ou emprego público.

Entretanto, o ponto que merece destaque e crítica mais contundente é a capacitação desses profissionais, de acordo com o edital de processo seletivo de CMEIV de 2021, a

capacitação equivale a um curso com carga horária mínima de apenas 20 horas. Isso é alarmante quando consideramos que os profissionais responsáveis pela formação de militares para a carreira militar ou policial têm formação específica em um currículo voltado para a preparação na área de segurança e não para trabalhar em um ambiente escolar (SILVA apud HORN; MACHADO, 2022).

Essa discrepância na capacitação dos profissionais é um aspecto problemático do modelo cívico-militar nas escolas do Paraná, a falta de uma formação adequada pode comprometer a qualidade da educação e a abordagem pedagógica nessas instituições, enfraquecendo a perspectiva educacional e privilegiando a visão militar e de segurança, o que pode resultar em um ambiente pouco propício ao desenvolvimento integral dos alunos. A falta de uma formação pedagógica apropriada para esses profissionais pode também influenciar na maneira como eles interagem com os estudantes e afetar a promoção de uma cultura democrática e inclusiva no ambiente escolar.

É imprescindível questionar a adequação dos requisitos e da capacitação dos monitores e diretores cívico-militares, a fim de garantir que o modelo cívico-militar não negligencie o aspecto educacional em prol de uma abordagem voltada para a segurança e controle, que pode comprometer os princípios fundamentais de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

4.4 Função da escola

Ainda a respeito da função da escola, mais uma semelhança surgiu entre as respostas, em que muitos professores manifestaram que a escola é incubida apenas da transmissão de conhecimento científico, porém, por vezes acaba fazendo o papel de “educar” os discentes, algo que segundo eles, é de encargo dos pais e da família. Como a professora Luana, mestre em História, expõe: “Transmitir o conhecimento, o papel da escola é esse. E não educar”, ou também na fala de Silmara, professora de Letras português - espanhol:

“Acredito que o papel da escola seja realmente de trabalhar o conhecimento científico, por mais que a gente ultimamente não consiga tanto, eu acredito que ela não pode carregar com ela outros fatos, outros compromissos, porque a escola aqui realmente tem uma função que é trabalhar conhecimento, conteúdo” (Professora Silmara).

Falas como estas expõem uma visão conteudista que aliena o estudante da escola. Contudo, de acordo com o PPP do colégio “Os educadores então devem trabalhar a educação

na perspectiva da emancipação humana, ou seja, democratizando o conhecimento científico a escola torna-se democrática”, sendo a democratização escolar um dos princípios seguidos pelo colégio, entendendo que ela só poderá ser alcançada com a democratização do conhecimento científico e vinculada com a democratização da sociedade e para que a escola seja emancipatória ela deve conscientizar os estudantes, a partir da sua consciência de alienado, para que assim haja a transformação da sociedade, não se pode desvincular a intenção política do ato educativo. Então qual é a intenção por trás da disciplinarização excessiva e de uma educação meramente conteudista?

O conceito de ensino e educação que acompanha esse regime disciplinar é baseado em valores que segundo Apple (apud SILVA. 2022 pág. 22) pertencem a matrizes neoconservadores e neoliberais, que privilegia a eficiência do ensino que seria mensurado pelo desempenho em avaliações feitas dentro dessa lógica escolar, que é nutrido também de um ensino teoricamente “neutro” em currículo e provas que garantiria bons profissionais. Porém, o mesmo autor se preocupa com a pobreza qualitativa que esse ensino proporciona, pois o mesmo ignora questões como a desigualdade racial, de gênero e social, fazendo quem não se adaptar a esse sistema ser descartado pelo mesmo (SILVA. 2022, pág. 22).

Ao analisar a concepção de educação descrita no plano político pedagógico, observamos que essas noções são baseadas na pedagogia histórico-crítica, a respeito disso Saviani diz que “para que a teoria histórico-crítica possa se constituir em pedagogia histórico-crítica ela precisa assumir um posicionamento sobre o que é a educação e o que significa educar seres humanos”. (SAVIANI, 1991, p.103), o que se pode constatar é que falta uma noção real sobre o que é educar e o que é educação em muitos dos docentes entrevistados, uma vez que estes expressaram incômodo em ter que educar os estudantes, e afirmaram que a função da escola é simplesmente a transmissão de conhecimento científico. Esta é uma visão reducionista e simplista sobre as funções que a escola têm. Saviani (1991) defende que o saber objetivo é matéria prima para a atividade educacional, porém não se pode restringir educação somente a isso, é preciso estar ciente das noções políticas e sociais que os atos educacionais exercem, a visão destes docentes vai em desencontro com os fundamentos defendidos pela instituição em seu próprio PPP e também nas teorias educacionais mais adotadas atualmente, incluindo a que embasa o currículo da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).

4.5 Função dos militares na escola

Foi possível observar também dentro do PPP em diversos momentos que as atribuições

dos militares eram sempre descritas com adjetivos que remetem a forma que será conduzida as situações, estes sempre positivos, como “atender aos responsáveis dos estudantes sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade” e “assegurar o cumprimento das Normas de Conduta e Atitudes, com educação e serenidade” (PARANÁ- MANUAL DO ESTUDANTE, p. 4-5, 2021). Este movimento foi visto também na fala da professora de geografia Janice: “A função dos militares no colégio é trabalhar a questão da disciplina, a questão de orientar os alunos com educação, com respeito, com calma”.

Este fato se torna curioso uma vez que não observamos o mesmo ser feito ao se referir às funções de outros cargos, como exemplo do diretor-geral, docentes e agentes educacionais. Tal ocorrência, em conjunto com as respostas manifestadas acima pelos professores a respeito da disciplinarização no colégio cívico-militar, nos leva a constatar uma necessidade acentuada de reiterar o trato dos militares dentro do Projeto Político Pedagógico, este um documento público que qualquer indivíduo poderá ter acesso, de forma intencional para que o leitor veja a função destes servidores de tal forma: calma, serena e respeitosa.

4.6 Visão disciplinadora

De acordo com as entrevistas feitas no colégio com os professores de sexto ano e o diretor do colégio, é possível observar uma visão disciplinadora por parte de todos os entrevistados, principalmente quando se aborda a função dos militares e a função da escola, onde nota-se um consenso entre as respostas dos entrevistados em que a principal função dos militares seria disciplinar o aluno, e a escola teria como função a transmissão de conhecimento científico simplesmente. Este fato pode ser notado na fala do professor de história João, por exemplo, quando questionado a respeito da diferença entre um colégio civil e um cívico-militar:

“A questão da disciplina acho que é o maior destaque, perceptível isso, até por causa das regras do colégio cívico-militar, eu acho que isso faz total diferença”. Essa disciplina pode ser entendida de forma mais ampla ao analisarmos outras respostas em que os professores apontam demais atribuições dos militares, como “impor respeito”, dar “limites” e manter a “ordem”. Estas atribuições nos levam a entender que, de fato, a função dos monitores no colégio seja perpetuar uma lógica militar que restringe e silencia o indivíduo, o que nos leva a questionar o que se tem como interesse por parte da instituição. Um jovem em desenvolvimento que está na pré-adolescência e adolescência, que de acordo com o próprio Projeto Político Pedagógico, está construindo sua identidade pessoal, social, seu pensamento crítico e controle emocional, além de alterações nas áreas intelectuais e afetivas e que deveria

encontrar na escola um espaço seguro para crescer e se desenvolver plenamente.

Uma fala que merece destaque especial é a do professor de Educação Física Jair, no entanto, é necessário ter em mente que esse não é um pensamento isolado, mas resultado de um conjunto de ideais dos quais todos os entrevistados manifestaram em suas respostas: “os militares têm contribuído bastante na questão da disciplina, mas assim, eles também não podem fazer coisas que às vezes seria importante fazer, como atribuir algum castigo, hoje eles não podem, entendeu?”.

Esta fala expõe problemas seríssimos encontrados nos ambientes escolares militarizados, uma vez que o governo estadual reconhece e aprova oficialmente a participação dos militares em instituições de ensino, diversas ocorrências de denúncias de violência e agressão envolvendo militares ou outros profissionais foram divulgadas pela mídia, evidenciando violações aos princípios de garantia do direito à educação e dos direitos humanos. Como é exposto no capítulo I, art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente “Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos”.

Para ilustrar uma situação real, o caso do Colégio Cívico-Militar de Imbituva⁶, onde dois policiais militares aposentados que atuavam como monitor e diretor militar foram denunciados por crimes como ameaça, vias de fato, violência arbitrária, submissão de adolescente a constrangimento, entre outros, no qual o monitor retirou um estudante de sala, o ameaçou e, segundo denúncias, desferiu um soco na nuca do aluno, e, após o ocorrido, tanto o monitor quanto o diretor militar do colégio em questão tentaram evitar que as denúncias fossem levadas ao Ministério Público nos apresenta um exemplo, de vários expostos pela mídia desde a implantação de escolas cívico-militares no Estado, de como é potencialmente danoso e perigoso que questões disciplinares fique a encargo de profissionais que seguem uma lógica militar e pouco preparados para atuar em ambiente escolar, como policiais militares aposentados.

É importante ressaltar que aqui, não estou apontando nenhum caso de denúncia ou agressão por parte dos militares que compõe o corpo de funcionários neste colégio específico, nem tenho a intenção de apresentar de forma negativa estes profissionais, mas sim de analisar os riscos e as falhas dentro deste sistema em que o Estado encarrega policiais a atuarem em conflitos entre os jovens. A relação do caso de Imbituva à fala do professor de Educação Física entrevistado expõe uma lógica punitivista afluída nas instituições militarizadas, onde, por

⁶ Redação Plural.jor.br: “**Policial socou aluno e ameaçou mata-lo em escola cívico-militar do paraná, aponta MP**”, Plural Curitiba, 10 de setembro de 2021.
<<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/policial-socou-aluno-e-ameacou-mata-lo-em-escola-civico-militar-do-parana-aponta-mp/>>

vezes, são vistos exemplos em que os direitos destes estudantes ficam em segundo plano e o adestramento do aluno vira o objetivo principal, sufocando a individualidade, diversidade e liberdade de expressão do adolescente.

4.7 Uma suposta excelência

Outro ponto de intersecção entre as respostas dos entrevistados, é o caráter “diferenciado” que esta escola apresenta, quando questionados se existia diferenças entre um colégio civil e um cívico-militar a resposta unânime dos entrevistados era que sim, existem diferenças. Foi observado que diferentes pessoas passavam a mesma ideia em suas respostas, de que esta escola seria diferente das demais, não só pelo caráter cívico-militar mas que, até dentro deste nicho ela se mostrava “melhor”.

“no colégio cívico-militar ele é, ele funciona através de regras já impostas. E no colégio civil não, são particularidades dos alunos, que são, é..., como que eu vou dizer... as particularidades desses alunos, eles independem de regras, pode chegar atrasado, em um colégio cívico não pode, precisa cantar o hino no cívico, no outro é opcional” (Professora Janice).

Aqui, a professora Janice enfatiza que nas escolas cívico-militares não há uma flexibilização dos horários que atendem as necessidades dos alunos, obrigando-os a seguirem de maneira rígida todos os procedimentos internos do colégio. Nesse sentido, a professora enxerga uma espécie de “desordem” dos colégios civis em relação ao cívico-militar, atribuindo-lhe então um sentido de “positividade”.

Já no depoimento do professor João, podemos observar que o mesmo atribui um papel de destaque ao colégio ao dizer que daria uma nota “nove” para o mesmo mas que tem ciência de que este encontra-se em um estágio de consolidação mais avançado que os demais colégios cívico-militar (Professor João).

Já o Professor Jair, encontra na rigidez disciplinar a característica mais destacada da escola, com o “cívico-militar prezando bastante pela disciplina, pelo comportamento, pelo respeito” enquanto que o civil ainda não possui esses valores internos (Professor Jair).

“Eu gosto do cívico-militar, mas este colégio só. Porque aqui funciona, o cívico-militar funciona aqui, como eu moro em outra cidade e lá tem, trabalhei em uma escola cívico-militar e lá só tinha cívico-militar no nome, mas dentro da escola não funcionava nada, era indiferente ter militares ou não na escola, aqui tem militares e eles ajudam e eu acho que mudou a principalmente a parte de indisciplina dos

alunos.” (Professora Thainá).

A professora Thainá, semelhante ao professor João, destaca o colégio específico da pesquisa dos demais colégios cívico-militares da região com o mesmo argumento de que este é o que melhor (ou o mais consolidado) impõe as normas que um colégio militar teoricamente exigiria, afirmando que em outros lugares, o “cívico-militar ficava apenas no nome”.

Trazendo esses exemplos entre os depoimentos a respeito da excelência desta escola em específico em detrimento das outras, podemos abrir a reflexão a respeito da atribuição positiva da escola baseada na sua excelência disciplinar. Enquanto que outras escolas cívico-militares não conseguem (ainda) consolidar seu caráter disciplinar rígido, essa seria “bem sucedida”. Esse tipo de percepção, aponta Maguire e Braun (apud SILVA. 2022, pág. 28) leva em consideração a seguinte percepção: a forma como é enxergada a disciplina pelos diferentes professores entrevistados dentro da instituição em questão, que não se preocupam com a qualidade do ensino, e sim com os indicadores educacionais, que consequentemente seriam altos devido ao nível elevado do comportamento e disciplina. Por isso eles priorizariam esse aspecto, segundo Silva:

Nas escolas militarizadas, mais do que em qualquer outra, a política de comportamento é vista como algo sagrado, sendo mais almejado que a efetivação dos processos de aprendizagens, ao ponto de militares andarem armados nas escolas para garantirem a ordem e o disciplinamento dos estudantes. (SILVA, 2022, p. 28).

Nesse sentido, podemos entender que a excelência pela qual a escola em questão é destacada pelos professores, é de que foi a mais eficiente em conseguir consolidar as práticas disciplinares em relação aos outros. Os colégios foram transformados em cívico-militares quase que ao mesmo tempo no Paraná no ano de 2020, com o programa Colégios Cívico-Militares do governador Ratinho Júnior de militarizar 200 escolas do estado paranaense no projeto de lei nº543/2020 (SILVA. 2022). Mas apesar disso, os professores mostram que os colégios não tiveram equidade no sucesso de consolidar as práticas disciplinares que marcam a diferença (segundo os próprios professores) entre um colégio cívico-militar e um colégio civil.

4.8 Política de comportamento aplicada a docentes

Como conseguimos observar nos tópicos anteriores, esta “política de comportamento” (Silva, 2022) é mais valorizada em instituições militarizadas que as demais, porém, essa

política não se restringe apenas aos estudantes, mas acaba intervindo na forma de se portar de todos os funcionários do colégio, incluindo os professores. Tal conduta é sustentada pela fala do diretor civil do colégio, Marcelo, que diz gostar do modelo cívico-militar pois ele “ influencia não só os militares, mas a equipe que constitui o colégio”. O fato curioso é que, todos os professores entrevistados manifestaram em suas respostas uma visão positiva do modelo, o que nos dá a entender que estes profissionais, apesar de experimentarem as consequências desta política de comportamento, estão entregues ao modelo, e por vezes, não se vêem afetados por ela. Para Silva:

Nesse modelo educacional temos também a violação do princípio da valorização dos profissionais da educação, já que estes ficam vinculados ao regime militar, sujeitando-se às regras estabelecidas por estes, inclusive com situações nas quais é proibida a liberdade de associação e expressão desses profissionais. (SILVA, 2022, p. 82)

Conseguimos compreender que em ambientes marcados pela disciplina militar as práticas educacionais do profissional da educação ficam comprometidas devido aos valores disciplinadores de respeito à hierarquia e as normas estabelecidas no Manual do Estudante, o que pode ser considerada uma doutrina que vai na contramão das estratégias docentes de se exercer o papel de lecionar, pois nesse caso específico, é indispensável a liberdade de associação e expressão.

5 Considerações Finais

Após uma análise aprofundada das escolas cívico-militares no Brasil, focando especialmente em um estudo de caso em uma escola da região oeste do Paraná, emerge a complexidade desse modelo educacional. A pesquisa buscou compreender não apenas o crescente interesse por esse tipo de ensino e suas implicações, mas também as razões subjacentes que atraem tanto educadores quanto a comunidade escolar para essa abordagem. As entrevistas realizadas com professores e a análise do Projeto Político Pedagógico da escola destacaram as características distintivas desse modelo cívico-militar, ressaltando a ênfase na disciplina e hierarquia, por vezes, em detrimento da função social mais ampla da escola e da democratização do conhecimento.

Os resultados revelam uma percepção complexa dos educadores em relação ao modelo. Notavelmente, todos os entrevistados enxergam a militarização como algo benéfico e facilitador do trabalho docente. No entanto, isso ressalta a necessidade de considerar de

maneira mais profunda os impactos dessa abordagem restritiva e disciplinadora na vida dos adolescentes em formação. Além disso, é fundamental compreender o impacto dessa disciplina nos próprios docentes e, conseqüentemente, em seu desempenho profissional. Isso levanta a questão de porquê, apesar das tensões e desafios envolvidos, os professores mantêm uma visão favorável em relação ao modelo militar.

Os obstáculos enfrentados na condução deste estudo merecem uma análise mais profunda. Uma série de entraves se manifestou, notadamente através do diretor do colégio e do Núcleo Regional de Educação (NRE). Inúmeras tentativas de contato, que incluíram e-mails, chamadas telefônicas e mensagens via WhatsApp, foram feitas ao NRE com o intuito de estabelecer um diálogo com o responsável pela área de pesquisa acadêmica. A complexidade burocrática revelada foi surpreendente, exigindo, entre outras coisas, uma avaliação por parte de uma comissão de ética para obter a autorização necessária para, só então, iniciar as entrevistas com os pais dos alunos. Nesse ponto, é crucial indagar por que o processo de obtenção de autorização se mostrou tão complexo e demorado, especialmente quando o diretor da escola poderia, em princípio, ter concedido a autorização de forma direta, caso assim o desejasse. Inicialmente, ele havia autorizado, mas após a realização das entrevistas com os professores, foi solicitado a autorização do NRE. Essa mudança de posição levanta questões sobre as motivações subjacentes a essa decisão. Ela sugere uma certa apreensão por parte do diretor em relação à possível exposição do colégio, bem como a preocupação em tomar uma decisão que, futuramente, pudesse desagradar o Núcleo Regional de Educação, instância à qual ele é subordinado.

Essa situação coloca em destaque as complexas relações e as dinâmicas de poder que permeiam as escolas cívico-militares. Além disso, ela evidencia as restrições impostas à condução de pesquisas acadêmicas nesse ambiente. Esse aspecto é notável, considerando que, de acordo com os princípios fundamentais da educação, uma escola deveria ser um espaço aberto, democrático e fomentador do conhecimento. Portanto, é fundamental questionar qual é o cerne do temor expressado pelo diretor e o porquê de todas as imposições apresentadas pelo NRE. Seria esse medo relacionado à possível projeção de uma imagem negativa desse modelo educacional, que é uma das principais iniciativas do governador Ratinho Jr. na área da educação? Essas indagações nos conduzem a uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas políticas e de poder que podem estar influenciando as escolas cívico-militares, lançando luz sobre os desafios de realizar pesquisas críticas e imparciais dentro desse contexto educacional.

Este estudo contribui para o entendimento das escolas cívico-militares no Paraná, com foco nas questões de adesão, implementação e nas perspectivas dos educadores. Em meio aos debates sobre o sistema educacional brasileiro, oferece uma visão aprofundada de um modelo

em crescimento no país. No entanto, a pesquisa também evidencia desafios e tensões relacionados a esse modelo, incluindo o potencial comprometimento da prática pedagógica, a negligência de questões sociais e a marginalização de estudantes que não se encaixam nesse sistema.

Assim, é crucial repensar a implementação e o desenvolvimento das escolas cívico-militares, buscando criar um ambiente educacional que respeite a diversidade, valorize a liberdade de pensamento e associação, além de fornecer uma educação de alta qualidade para todos os estudantes. A militarização das escolas no Brasil é um fenômeno complexo que se insere no contexto histórico do país e tem impacto direto nas estruturas educacionais e sociais. Compreender essas complexidades é fundamental para delinear políticas educacionais que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e democrática para todos os estudantes brasileiros.

Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o futuro da educação no Brasil, realçando a necessidade de considerar criticamente os modelos educacionais propostos e os impactos que eles podem ter na formação das futuras gerações. A compreensão das complexidades das escolas cívico-militares é fundamental para que as políticas educacionais sejam projetadas de maneira a garantir uma educação de qualidade, inclusiva e democrática para todos os estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. **O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás**. Educ. Soc., Campinas, v. 41, 2020.

APP-SINDICATO. Deputados(as) interrompem recesso para dar um “jeitinho” no processo de militarização das escolas. APP- Sindicato, 11 de jan. 2021. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/deputadosas-interrompem-recesso-para-votar-projeto-que-amplia-o-numero-de-escolas-militares-no-estado/>. Acesso em 09 de set. 2023.

APP-SINDICATO. 117 colégios selecionados para militarização não atendem requisitos exigidos pela lei. APP-Sindicato, 28 de out. de 2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/117-colegios-selecionados-para-militarizacao-nao-atendem-requisitos-exigidos-pela-lei/>. Acesso em 01 de out. de 2023

APP-SINDICATO. Escolas cívico-militares acentuam autoritarismo e desigualdades, aponta dirigente da APP em debate sobre violência na escola. APP-Sindicato, 11 de ago. de 2023. Disponível em <https://appsindicato.org.br/escolas-civico-militares-acentuam-autoritarismo-e-desigualdades-aponta-dirigente-da-app-em-debate-sobre-violencia-na-escola/>. Acesso em 01 de out. de 2023

ARAGÃO, Érica. APP-Sindicato não reconhece processo de militarização de escolas no Paraná. CUT Brasil, 06 de nov. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/app-sindicato-nao-reconhece-processo-de-militarizacao-de-escolas-no-parana-ba90>. Acesso em 01 de set. de 2023.

Balanço final da Seed aponta que 186 escolas aprovaram o modelo cívico-militar no Paraná. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/11/05/balanco-final-da-seed-aponta-que-186-escolas-aprovaram-o-modelo-civico-militar-no-parana.ghtml>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

BARROS, A.; FERNANDES DA SILVA, E. **Implicações da militarização na gestão democrática**: caso de uma escola pública do Distrito Federal. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 17, n. 37, p. 183–204, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1656. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1656>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BISCHOFF, Wesley. Colégio cívico-militar no Paraná: 28% das escolas escolhidas tiveram nota acima da média estadual no Ideb do Ensino Fundamental. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2020/11/12/colégio-civico-militar-no-parana-28percent-das-escolas-escolhidas-tiveram-nota-acima-da-media-estadual-no-ideb-do-ensino-fundamental.ghtml>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Setembro de 2019.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Julho de 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. Novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Diretrizes das Escolas Cívico-militares**. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Subsecretaria de escolas cívico-militares. **Normas de condutas e atitudes**. 2020.

DE ALMEIDA SANTOS, C.; ALVES, M. F.; MELLO LACÉ, A. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 17, n. 37, p. 13–24, 2023. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1787>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ESTADO DO PARANÁ. Paraná terá 215 colégios cívico-militares, maior programa do Brasil. Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura. Paraná, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-215-colegios-civico-militares-maior-programa-do-Brasil>. Acesso em: 01 de outubro de 2023

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Questionário Amostra 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob

ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 594, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.96052. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/96052>. Acesso em: 12 agosto 2023.

MIRANDA, Edna Mara Corrêa. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41853> > Acesso em 01 de set. 2023.

OLIVEIRA, Dijaci David de Oliveira. **As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência**. In. O Estado de Exceção Escolar: Uma Avaliação Crítica das Escolas Militarizadas. Goiás: Ed. Escultura. 2016. P. 41-49

PARANÁ. **Lei 20.338, 06 de outubro de 2020**. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial, 7 out. 2020.

PARANÁ. Manual do Estudante do CCM/PR. Disponível em: http://www.urimozart.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/2860/274/arquivos/File/2021/manual_do_estudante_do_ccc_pr.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023.

PARANÁ. **Manual dos Colégios Cívico-militares. 3º Ed.** Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/colégio_cívico_militar_manual_3edicao.pdf. Acesso em 10 out. 2023

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Regimento Escolar das Escolas e Colégios Cívico-militares**. Curitiba, 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-12/refere_ncial_elaboracao_regimento_escolar_educacao_basica.pdf. Acesso em 20 maio de 2023.

PARLAMENTAR, Assessoria. “Paraná vai assumir as 12 escolas cívico-militares tocadas hoje pelas Forças Armadas”, anuncia deputado Hussein Bakri (PSD). Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/parana-vai-assumir-as-12-escolas-civico-o-militares-tocadas-hoje-pelas-forcas-armadas#:~:text=Diante%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20Governo,Londrina%2C%20Rol%C3%A2ndia%20e%20Ponta%20Grossa>. Acesso em 01 de out de 2023.

_____. EDITAL n.o 001/2020 – SESP, alterado pelo EDITAL n.o 002/2020 – SESP/SEED. Estabelece o processo seletivo para preenchimento de vagas para o corpo de militares estaduais inativos voluntários (CMEIV) – Programa de Colégios Cívico-Militares do Paraná. Curitiba, 2020.

PLURAL.JOR.BR, R. Policial socou aluno e ameaçou matá-lo em escola militar do PR, diz MP. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/policial-socou-aluno-e-ameacou-mata-lo-em-escola-civico-militar-do-parana-aponta-mp/>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ROMUALDO DA SILVA, J. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 83–101, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1662. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1662>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Colégios Cívico-Militares. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. **Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil**. Foz do Iguaçu, 2021. 136 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

SOARES DE SOUSA, J.; LIMA DE OLIVEIRA, D. **Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins**. Retratos da Escola, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 61–82, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1678. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1678>. Acesso em: 13 jul. 2023.